

ROSIMEIRE DE ALMEIDA MOREIRA

**MAPEAMENTO DE DEMANDAS SOCIAIS PARA INOVAÇÃO SOCIAL NA CIDADE
DE CAJAZEIRAS - PB**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Administração da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da UFCG, com requisito para conclusão do curso. Área de concentração: Gestão da Inovação

Orientador: Marcos Macri Olivera

SOUSA
2015

MAPEAMENTO DE DEMANDAS SOCIAIS PARA INOVAÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB

RESUMO

Em meio ao crescimento da competitividade, surgem práticas organizacionais que se preocupam, via de regra, em induzir a sociedade ao consumo. Apesar dos aspectos positivos disso, evidenciam-se aspectos negativos que resultam em agressão ao meio ambiente e disfunções sociais. Nesse contexto, surge a necessidade de inovação social, em que práticas executadas tanto pelas organizações quanto pela sociedade podem reparar danos causados pelos próprios - via projetos voltados para diversas áreas. Posto isso, este trabalho teve como objetivo mapear as demandas sociais para inovação social na cidade de Cajazeiras, Paraíba. Como base, foram utilizadas as áreas abordadas pelo IDH, aplicado na cidade de Cajazeiras com os beneficiários do Bolsa Família. Constitui-se em uma pesquisa de campo exploratória e descritiva. Para atender o objetivo utilizou-se como ferramenta de coleta de dados um questionário composto por 20 questões fechadas de acordo com os indicadores do IDH, que são sobre Renda/Trabalho, Saúde e Educação. Os resultados obtidos pela pesquisa mostram que 55% dos pesquisados vão ao dentista apenas quando precisam e 45% mais de uma vez ao ano. Constatou-se também que 53% dos beneficiários conhece alguma criança ou adolescente que trabalha, que 52% dos beneficiários conhecem criança que não frequenta escola e 78% afirmam conhecer pessoas analfabetas. Ainda entre os resultados relevantes, 45% afirmam nunca ter frequentado a Biblioteca Pública da cidade, todavia 91% dos pesquisados declaram ter acesso aos recursos necessários para estudar bem. Em conclusão, apontaram-se possibilidades de desenvolvimento de inovação social em consonância com os resultados obtidos.

Palavras chaves: Demandas sociais; Inovação Social; Bolsa Família.

1 INTRODUÇÃO

Para as empresas prosseguirem em evidencia no mercado, surge à busca por estratégias, que garantem uma capacidade de competição para com seus concorrentes. O nível dessa capacidade depende de quanto a organização está disposta a mudar e desenvolver critérios, que possam alavancar sua competitividade no mercado.

Romam *et. all.* (2012) consideram que:

Atualmente, a capacidade de competição de uma organização depende da capacidade de mudar e de desenvolver novas direções estratégicas. O processo de pensar o novo, de considerar ideias e soluções que ainda não são conhecidas, assume um papel importante em termos de aquisição de vantagem competitiva. (ROMAM *et. all.* 2012, p. 28)

Essas práticas organizacionais induzem muitas vezes no consumo irresponsável, fazendo com as pessoas queiram e possam adquirir serviços ou produtos. Para Giddens (2005, p.487), o consumo refere-se “às mercadorias, aos serviços, à energia e aos recursos que são esgotados pelas

pessoas, instituições e sociedades. Sendo que esse fenômeno apresenta dimensões tanto positivas quanto negativas”.

Giddens (2005) destaca o lado positivo e negativo que o consumo pode representar, tanto para o desenvolvimento econômico pelo poder de compra que tem aumentando nas diferentes classes sociais, como para o meio ambiente que está sofrendo consequências drásticas pelas práticas totalmente erradas, tanto dos consumidores quanto das organizações que oferecem os produtos ou serviços. Nesse sentido, o autor complementa

Por um lado, níveis crescentes de consumo em todo mundo significam que as pessoas estão vivendo em melhores condições do que no passado. O consumo está associado ao desenvolvimento econômico - com elevação dos padrões de vida, as pessoas têm mais condições de arca com comida, roupas, itens pessoais, tempo de lazer, férias, carros e assim por diante. Por outro lado, o consumo podem causar danos à base de recursos ambientais e exacerbar os padrões de desigualdade. (GIDDENS 2005, P. 487)

É nítido neste mundo capitalista o processo do consumo agredindo nosso ambiente. Com base nisso, desenvolveram-se muitas ideias voltadas a preservação do meio ambiente, buscando a responsabilidade social e práticas que sejam sustentáveis. Tais ações são bem aceitas pela sociedade, influenciando, cada vez mais, positivamente outras organizações ou induzindo a ideias mais complexas, no intuito de resolver problemas com maior eficiência.

Oliveira (2012, p. 15) destaca uma ação que combate essa situação, a ECO-92, a qual tem despertado o interesse por estudos ou alternativas de gestão que colaborem com a solução de problemas socioambientais, Para o autor, “a ECO-92, no Rio de Janeiro é um indicador da preocupação do ser humano com seu planeta e com seu semelhante”. Afirma ainda que “as nações passam a se preocupar finalmente com os impactos do processo de crescimento na qualidade de vida”.

Oliveira (2012) corrobora que o “desenvolvimento da indústria e o crescimento dos padrões de consumo têm levado o ser humano a refletir sobre a vida que leva, o que significa pensar sobre os efeitos do processo de crescimento econômico no padrão de vida da sociedade”.

Essa consciência vem progredindo a partir da Segunda Guerra Mundial, na qual sequências de debates acerca do desenvolvimento sustentável traça a década de 1990, envolvendo a preocupação da sociedade com o acesso vindouro de bens e serviços indispensáveis à subsistência da humanidade. (OLIVEIRA, 2012).

Oliveira e Silva (2012) relatam acerca da necessidade de inovar, não só por questões econômicas e competitivas, mas também pela preocupação com os impactos que seus processos refletem no meio ambiente, adquirindo novos hábitos que conciliem ganhos econômicos, sociais e ambientais. Nesse contexto, ressalta-se que

Inovar, por questões econômicas e competitivas, tem sido, ao longo de décadas, o principal objetivo das empresas. Mas, diante da degradação ambiental e social constatada pelo acúmulo de lixo, pelos desastres ambientais e pela pobreza, muitas pessoas e organizações estão percebendo que os atuais modelos de fazer negócios são simplesmente insustentáveis. Diante desses problemas, uma das principais questões levantadas e discutidas diz respeito a como fazer as coisas de forma diferente para

minimizar os impactos ambientais e sociais e, ao mesmo tempo, conciliar ganhos econômicos com os sociais e ambientais. (OLIVEIRA; SILVA, 2012, p.278)

Dessa maneira, vivencia-se o surgimento da inovação social com bastante destaque em nossa sociedade. A Agência de Inovação Social (UBRS Nova) destaca que,

Inovação social surge basicamente da incapacidade dos agentes públicos de dar respostas à altura às necessidades sociais contemporâneas. No passado essa incapacidade dava origem a movimentos sociais reivindicativos, que apenas exigiam por mais ação do governo. (UBRS NOVA, 2014)

O desenvolvimento de Inovação Tecnológica é vivenciado com mais frequência. No entanto, nessa década presenciamos inovações interdisciplinares, ou seja, desenvolvidas tanto em serviços, políticas sociais, ambientais e em produtos. Diante de tantos problemas enfrentados pela sociedade, não se pode apenas esperar que os governantes se sensibilizassem para resolvê-los. Assim, tem se despertado, em meio às organizações e até mesmo em comunidades, ações que venham solucionar problemas da melhor maneira.

André e Abreu (2006, p. 5) discorrem que,

A inovação social implica sempre uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida, uma nova forma de pensar ou fazer algo, uma mudança social qualitativa, uma alternativa – ou até mesmo uma ruptura – face aos processos tradicionais. A inovação social surge como “missão ousada e arriscada”.

Novas alternativas de gestão estão sendo implementadas pelas organizações a respeito da preocupação com as consequências que os processos podem gerar, buscando assim, oportunidades para aplicar inovação social. Para Oliveira e Silva (2012) essas iniciativas inovadoras estão ligadas a elaboração de alternativas que possibilitem uma adaptação às mudanças que, por meio de uma visão empreendedora, percebam oportunidades para o benefício da sociedade e o desenvolvimento. Os problemas socioambientais ocorrem de forma ativa em nosso meio e, conseqüentemente, no sertão paraibano, podemos identificá-los em várias dimensões.

Diante de inúmeros problemas existentes em nossa sociedade, a inovação social surgiu para que, de maneira eficiente, possa determinar a resolução de demandas socioambientais. Quando atribuída a regiões menos desenvolvidas, essa nova maneira de resolução de problemas se ajusta de forma significativa, sendo o cenário do sertão paraibano grande impulsionador na investigação de demandas sociais, no qual a inovação social poderia oferecer soluções, desde os problemas socioambientais, passando pela educação e segurança, dentre tantas outras questões.

Dentro desse contexto, considerando-se que, na grande maioria dos casos, são os governantes responsáveis por certas carências existentes em nosso meio, deixando a desejar nas ações que facilitem o acesso de pessoas a seus direitos básicos que deveriam ser garantidos, surge a necessidade de indagar a seguinte problemática: **Quais as demandas sociais para a inovação social na cidade de Cajazeiras - PB?**

Justifica-se o questionamento ao se constatar o impacto que os temas centrais da pesquisa têm provocado em pertinentes discussões nas mais diversas esferas.

Para *Stanford University*, a inovação social está numa época de ascensão, onde a classe empresarial está mais disposta a ser inserida em soluções inovadoras dos problemas socioambientais, não sendo apenas com interesse de criar uma imagem de uma empresa preocupada com a sociedade. Sendo assim, considera-se

Mais do que maquiagem politicamente correta, uma nova mentalidade empresarial está em ascensão, disposta a participar de soluções inovadoras para problemas socioambientais de maneira eficaz, eficiente, sustentável e que crie valor para a sociedade como um todo. (*STANFORD UNIVERSITY* apud ANAZ, 2014, p. 59)

Diante disso, percebe-se a relevância da inovação social no tocante ao desenvolvimento econômico mundial, tendo em vista a abrangência dos resultados positivos que podem ser causados pela sua implantação nas corporações, bem como pela formação de uma mentalidade capaz de perceber os benefícios aliados à utilização dessa nova ferramenta.

Ruttmann (2014) apud Anaz (2014, p.60) destaca que:

(...) cada vez mais investidores vêm agindo no sentido de aplicar os recursos em atividades que gerem impactos social e ambientais tangíveis e, ao mesmo tempo, apresentem retorno financeiro potencial. Fatos como este comprovam que a inovação social já mostra-se como um fator primordial para os gestores de modo geral, que estão se reorganizando com a finalidade de gerarem receitas que possam ser gradativamente aplicadas em ações voltadas para a geração de valor para as corporações e consequentemente para a sociedade.

O termo inovação social ainda não é um tema bastante conhecido, considerado recente, já que começou a ser pesquisado com mais intensidade a partir dos anos 80. Portanto, são necessários mais estudos nessa área, visando tornar acessível conhecimento acerca desse tema, para que haja um aperfeiçoamento e implementação gradativos no modo de vida e no modo de pensar das pessoas, contribuindo, assim, para a elevação do nível de conhecimento da ciência nesse campo de estudo. Sobre isso, André e Abreu (2006, p.5) comentam que

Numa primeira fase, entre os anos 60 e 80 do século, a inovação social esteve muito confinada aos domínios da aprendizagem (ensino e formação) e do emprego (organização do trabalho). Mais tarde, a partir dos anos 80, mas ainda na mesma linha, a inovação surge também ligada ao campo das políticas sociais e do ordenamento do território.

Para a URBS Nova, “os três primeiros campos de aplicação da inovação social foram em relação à diminuição das emissões de carbono, a manutenção da saúde das pessoas e a eliminação da pobreza”. (URBS Nova, 2012, s/p)

Relativamente ao sertão paraibano, constatam-se problemas ainda nesse aspecto, bem como em outras regiões. Dessa forma, objetiva-se, por meio dessa abordagem, proporcionar vantagens e benefícios para as empresas e para a sociedade, bem como estimular a realização de novas pesquisas nesse campo de estudo, que se mostra cada vez mais como uma forma promissora de empreender, buscando novas soluções que correspondam a necessidades que antes nunca foram enfatizadas, objetivando a geração e agregação de valor à qualidade de vida.

Considerando a visão da URBS Nova (2012) de que “o desenvolvimento social no âmbito brasileiro é especialmente importante à criação de um ambiente propositivo, pró-ativo e estimulador de iniciativas de inovação social”, este trabalho busca elencar as oportunidades de inovação social inerentes em nossa região.

Optou-se por realizar a investigação junto aos beneficiários do bolsa família na cidade de Cajazeiras, Paraíba. Tal decisão acompanhou os requisitos de pesquisar uma parcela relevante da população humilde da referida cidade e que, ainda assim, detêm representação econômica local. Nesse sentido, de acordo com o Portal da Transparência (2015), a quantidade de famílias beneficiadas é de 7534, e que, em 2015, já foi beneficiada com um total de 14.030.753,00.

Sendo o objetivo deste trabalho o mapeamento de demandas sociais para inovação social na cidade de Cajazeiras- PB, utilizou-se, para identificação dessas demandas, questões sobre educação, renda/trabalho e saúde da população mais carente da região que se beneficiam do programa Bolsa Família. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se investigar quais as áreas que oferecem maior demanda para inovação social e diagnosticar as demandas locais de inovação social, listando potencialidades de inovação social para tais demandas.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

Para desenvolver a inovação social existem várias formas ou práticas sustentáveis que causam impactos positivos na sociedade em geral, por meio de políticas que visam aliar a geração de lucro a práticas ambientalmente corretas, proporcionando um melhor desenvolvimento da humanidade e disponibilizando possíveis soluções para problemas persistentes. Com intuito de facilitar a compreensão do leitor na relação do problema e objetivo geral da pesquisa, são abordados na discussão teórica os conceitos do capitalismo consciente e valor compartilhado, empreendedorismo social, modelos de negócios e o setor 2.5.

2.1 CAPITALISMO CONSCIENTE E VALOR COMPARTILHADO

Existe um movimento que procura orientar o capitalismo para uma abordagem consciente e que se afaste da autodestruição, ou seja, busca uma forma que concilie o papel das empresas com as demandas de vários envolvidos e não somente o foco no lucro. Conhecido como Capitalismo Consciente, seu conceito é definido como uma ideia, ou perspectiva que conduza os negócios, promovendo na organização uma forma mais holística de capitalismo com potencial para melhorar o desempenho das empresas e também na qualidade de vida dos envolvidos nesse processo. (RELATÓRIO IMPACTO, 2014)

Gerar prosperidade de forma humanizada é o propósito do capitalismo consciente. André Kaufmann (2014), presidente do Instituto Capitalismo Consciente no Brasil, relata que:

Este foi o primeiro ano do movimento Capitalismo Consciente no Brasil. O Instituto tem como objetivo mostrar caminhos alternativos e possíveis para que empresas com fins lucrativos sejam também centros de transformação da sociedade. Demonstrar que é possível, sim, ter um ótimo ambiente de trabalho, cuidar do meio ambiente, ser parceiro do seu fornecedor, encantar o seu cliente e, como consequência, ser altamente lucrativo! (RELATÓRIO DE IMPACTO, 2014, p. 2).

Esse novo movimento consciente suscita um rápido avanço de consciência, que libera uma grande amplitude de cooperação social, para pessoas que convivem com a pobreza e a privação, modificando suas vidas através da oferta de oportunidades. (MACHEY; SISODIA, 2013)

Assumpção (2014), em uma publicação na página Carta Capital, ressalta a importância da sociedade em absorver a ideia que o capitalismo consciente pode proporcionar, alertando que as ações nocivas realizadas pelas pessoas tem certo retorno, bem como reações destrutivas, frutos do capitalismo já conhecido por todos, no qual o interesse empresarial é apenas o lucro. O autor ainda enfatiza que o mundo está caminhando para um capitalismo consciente, através de líderes corporativos, tornando-se a última tendência no âmbito corporativo.

Porém, Caetano e Ferreira (2014), em sua pesquisa sobre a relação do Estado e a sociedade acerca do papel da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil (RSE), defendem uma visão mais crítica sobre o empresariado em lidar com problemas socioambientais, contradizendo o posicionamento de alguns autores. Ainda dentro desse contexto, Caetano e Ferreira (2014, p. 11) corroboram que “ não implica ser o capitalismo um sistema econômico preocupado antes com o consumidor/cliente ou com a sociedade, como afirma a empresa capitalista com responsabilidade social.”

Conforme Caetano e Ferreira (2014), a RSE é utilizada para criar uma nova imagem das empresas privadas, que, ao praticar tais ações, se mostram mais comprometidas com o desenvolvimento da sociedade.

Já Porter (2011) aborda uma nova maneira de obter sucesso econômico sem utilizar a responsabilidade social, filantropia ou até mesmo a sustentabilidade, estando a elucidação no princípio do valor compartilhado, que visa a geração de valor econômico e da sociedade. Nesse sentido, o autor ressalta que o enfrentamento das limitações da sociedade nem sempre gera um custo interno na organização, pois se pode fazer uso de novos métodos que tragam resultados positivos para a mesma. A esse respeito, o autor ressalta

O conceito de valor compartilhado, em contrapartida, reconhece que as necessidades da sociedade, e não só necessidades econômicas convencionais, definem o mercado. Reconhece, ainda, que mazelas ou deficiências sociais volta e meia criam custos internos para a empresa — como o desperdício de energia ou matéria-prima, acidentes onerosos e necessidade de treinamento corretivo para compensar insuficiências na educação. O enfrentamento de mazelas e limitações da sociedade não eleva necessariamente o custo da empresa, pois esta pode inovar com o emprego de novas tecnologias, métodos, operações e abordagens de gestão — e, como resultado, aumentar a produtividade e expandir seus mercados. (PORTER, 2011, s/p)

Dessa forma, o propósito das empresas deve estar definido como geração de valor compartilhado e não apenas pelo lucro, conseguindo redefinir o capitalismo e sua relação com a sociedade.

2.2 INOVAÇÃO SOCIAL

Diogo e Guerra (2013) relatam a alta capacidade humana no desenvolvimento de ideias e remete a proposta da inovação social como um caminho que elenca a efetividade e criatividade para buscar soluções de problemas sociais.

Monteiro (2012) enfatiza que a competitividade contribuiu tanto para inovação tecnológica quanto para a inovação social. Segundo o autor, entre as décadas de 60 e 80, a inovação social estava direcionada a aprendizagem e ao emprego, sendo, posteriormente, desenvolvida para o campo das políticas sociais, nas décadas de 80 e 90. Dentro desse contexto, enfatiza-se que

A inovação social é fruto do distanciamento progressivo da dimensão tecnológica do conceito de inovação e da constituição de sua dimensão social. Se o princípio da competitividade impulsionou a inovação tecnológica no modo de produção industrial capitalista, este princípio também marcou o desenvolvimento inicial da inovação social. (MONTEIRO, 2012, p. 5)

Como relata a citação acima, a inovação surgiu voltada primeiramente para as tecnologias, sendo o aspecto social distanciado, introduzido apenas nas décadas de 80. Dentro desse contexto, Monteiro (2012, p. 5) aborda que “nas ciências sociais o conceito de inovação social surge, primeiramente, com objetivo de representar processos institucionais inovadores, promovidos por agentes dominantes, no intuito de aumentar a competitividade de empresas e de territórios”.

A inovação social diz respeito às respostas novas e socialmente reconhecidas que visam e geram mudança social (ANDRÉ; ABREU, 2006). Com isso, é fundamental que a inovação produzida seja capaz de satisfazer as demandas encontradas na sociedade, de modo que venha a ser reconhecida e aceita como um instrumento dotado de atributos que atendam às necessidades das pessoas, provocando, assim, mudanças no cenário social.

Martinelli *et. all.* (2003) *apud* André e Abreu (2006, p. 124) identificam alguns atributos de ações coletivas que se fazem necessárias para o surgimento, seja de um produto ou processo, que acrescente valor para a sociedade humana. Dessa maneira, os autores corroboram que

Trata-se de um fenômeno construído a partir de variadas formas de ações coletivas, manifestando-se como um produto ou um processo, numa dinâmica multiescalar (desde o nível local aos níveis nacionais e internacionais) e possuidor das seguintes características: (i) contribui na satisfação de necessidades humanas ainda não consideradas ou atendidas; (ii) aumenta o acesso ao direitos democráticos; e (iii) eleva a capacidade humana em agir na resolução de problemas por vias do empowerment e/ou fomento de capital social (MARTINELLI *et al.*, 2003, *apud* ANDRÉ; ABREU, 2006, p. 124).

Posicionamentos ou explanações sobre o tema “inovação social” fornecem algo novo no seio das ciências sociais, porém, se faz necessário destacar que a delimitação de tal conceito ocorreu apenas recentemente, o que caracteriza sua condição embrionária nesse meio científico. Diante disso, André e Abreu (2006, p. 125) comentam

As perspectivas mais recentes afastam definitivamente a inovação social da tecnológica, atribuindo-lhe uma natureza não mercantil, um caráter colectivo e uma intenção que não só gera, mas também visa transformações das relações sociais. (...) a inovação social

implica sempre uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida, uma nova forma de pensar ou fazer algo, uma mudança social qualitativa, uma alternativa – ou até mesmo uma ruptura – face aos processos tradicionais. A inovação social surge como uma ‘missão ousada e arriscada’.

Enfatiza-se a necessidade de uma ligação comunicativa entre a capacidade de resolver os problemas sociais e o aperfeiçoamento das habilidades e competências sociais, de ser proativo quanto a resolução do problema, caracterizando a inovação social e abrangendo áreas desafiadoras. Dentre as quais se destacam questões no tocante a pobreza, saúde, emprego, mudanças climáticas, degradação ambiental, dentre outros, que a cada dia estão sofrendo mutações, evoluindo para níveis maiores de complexidade. Tais acontecimentos exigem, portanto, que a inovação social esteja a todo tempo buscando se adequar aos mais diversos panoramas e estar um passo a frente dessas problemáticas, através da aprendizagem contínua.

Para tanto, visa-se oferecer soluções práticas e eficientes para cada tipo de situação, maximizando, assim, o desenvolvimento da sociedade, bem como a manutenção de níveis melhores da condição de vida da humanidade.

Corroborando com esse entendimento a respeito do tema, é oportuno destacar que a inovação social trata-se de

Uma intervenção iniciada por atores sociais a fim de: responder a aspirações e necessidade; trazer uma solução; tirar proveito de um contexto a fim de modificar as relações sociais; transformar um quadro de ação; ou propor novos valores culturais (LAJEUNESSE- CREVIER, 2005, APUD MONTEIRO, 2012 p. 7).

A inovação social concebe, portanto, uma atitude crítica e um desejo de mudar, sendo assumida, inicialmente e na maior parte dos casos, por uma minoria. (ALTER, 2000 APUD ANDRÉ; ABREU, 2006). Com base nesse enfoque, pode-se visualizar a necessidade da formação e disseminação de uma nova mentalidade em meio à sociedade, mentalidade esta que seja capaz de discernir novas oportunidades de se inovar, bem como propor soluções cada vez mais bem elaboradas capazes de sanar os problemas inerentes ao meio no qual estão inseridos esses agentes de mudança, dotados dessa nova maneira de pensar aperfeiçoada.

Assim, é possível proporcionar o desenvolvimento de cidadãos detentores de uma postura crítica que possa otimizar a geração de soluções que venham agregar valor e superar as expectativas da sociedade. Para tanto, é relevante afirmar que

A inovação social é um caminho dependente e contextual. Refere-se às mudanças em agendas, em agências e em instituições que geram uma melhor inclusão de grupos e indivíduos excluídos em várias esferas da sociedade e em várias escalas espaciais. A inovação social é uma questão de inovação de processos, ou seja, alterações na dinâmica das relações sociais, incluindo as relações de poder. (...) Como a inovação social remete, basicamente, à inclusão social, também diz respeito ao combate ou superação de forças conservadoras que fortalecem ou preservam situações de exclusão social. (...) A inovação social, portanto, refere-se explicitamente a uma posição ética de justiça social, (...) naturalmente sensível a uma diversidade de interpretações e, geralmente, na prática, o resultado da construção social (MOULAERT et. all. 2005. p. 1978, tradução própria, APUD MONTEIRO, 2012 p. 7).

Diante dessa abordagem, percebe-se a importância da implantação da inovação social em meio ao cenário social, pois é por meio dessa nova ferramenta que se pode chegar a soluções para os problemas inerentes a sociedade de um modo geral, possibilitando a inclusão de novos grupos e indivíduos, que outrora eram descartados pelo sistema, fazendo com que ocorra a união de forças em prol da construção social e da satisfação de necessidades humanas anteriormente ignoradas.

2.3 EMPREENDEDORISMO SOCIAL

A inovação social gera inúmeras oportunidades de empreendedorismo social e esse tipo de ação é importante para regiões como o sertão paraibano. Para alguns autores a concepção dessa forma de auxiliar a sociedade com soluções de problemas sociais, que seriam de responsabilidade das instituições governamentais, pode se dar tanto pela insuficiência da mesma ou até pelas limitações orçamentais. Parente *et al.* (2011, p. 269) comentam

De uma forma geral, a incapacidade e a desadequação das instituições governamentais em solucionar novos problemas sociais, visível nos diferentes tipos de políticas sociais sectoriais (ou na ausência delas) e particularmente nas restrições orçamentais, tem fomentado iniciativas da sociedade civil na procura de práticas alternativas que respondam às necessidades sociais não atendidas nem pelo Estado, nem pelo mercado. (PARENTE *et. al.*; 2011, p. 269)

Contudo, para Caetano e Ferreira (2014) essa relação entre Estado e empresa não quer dizer que o capitalismo é um sistema econômico antes preocupado com a sociedade, mas sim que isto está se tornando um ciclo vicioso. Para eles, aquilo que é de responsabilidade das instituições governamentais fornecer a sociedade, os empresários estão tomando para si, com intuito, todavia, de criar uma imagem de empresas responsáveis com a sociedade, proclamando os interesses próprios como sendo interesses sociais.

Conforme discorre Oliveira (2004), o empreendedorismo social apresenta-se a partir do encontro entre as organizações do terceiro setor, a diminuição do investimento público na questão social e a participação crescente das empresas no campo social. Sobre o tema, percebe-se que

O crescimento do empreendedorismo social providencia uma oportunidade única de desafiar, questionar e repensar determinados conceitos e teorias relativas ao empreendedorismo comercial, no sentido de se poder analisar a construção de um paradigma comum (MAIR & NOBOA, 2005, APUD BRAGA 2013, p. 13).

Vieira (2011, p. 15) define que empreendedores “são agora considerados não só como produtores de valor econômico e social, mas também como agentes passíveis de promover a mudança social”.

Braga (2013, p.31) declara que “empreendedorismo social é um campo de ação e investigação que tem vindo a ganhar uma crescente atenção por parte de acadêmicos, políticos e profissionais dos diversos setores da economia”. Sobre o assunto, a autora acrescenta

Ele possui já uma longa tradição que data dos séculos XVIII e XIX, quando filantrópicos e detentores de negócios como Robert Owen demonstraram alguma preocupação com o

bem-estar dos seus empregados ao melhorarem as suas vidas ao nível do trabalho, educação e cultura (SHAW; CARTER, 2007 apud BRAGA, 2013, p. 31).

Atualmente o mundo enfrenta um enorme agrupamento de problemas e não é preciso pensar muito para apontar alguns como a pobreza, a fome, o aquecimento global, as epidemias, o terrorismo e muitos outros (BRAGA, 2013)

Yunus (2010) *apud* Souza e Vasconcellos (2011, p. 8) dispõe de um conceito que compreende as empresas sociais, mas não se limita a elas. Nesse sentido, para o autor, “todos aqueles que criam e dirigem empresas sociais são empreendedores sociais, mas nem todos os empreendedores sociais são comprometidos com as empresas sociais”.

2.4 MODELOS DE NEGÓCIOS SOCIAIS E SETOR 2.5

Conforme Souza e Vasconcellos (2011), negócios sociais e inclusivos compõem modelos de empreendedorismo pelos quais são produzidas atividades por uma instituição, que gerem impactos e transformação social. Essa é uma iniciativa economicamente rentável, com o intuito de oferecer alternativas para problemas sociais, surgindo, então, o modelo de negócio a partir dessa possibilidade de execução, de modo a elencar o lucro com uma atividade que seja construtiva para sociedade.

Para Souza e Vasconcellos (2011) trata-se, portanto, de um negócio lucrativo, que oferece estabilidade financeira e, ao mesmo tempo, contribui para a transformação social da região em que tem alcance. Os autores complementam que

Este novo modelo de negócio permite avançarmos na persecução de um desenvolvimento sustentável, criando arranjos produtivos e econômicos que efetivamente integrem o aspecto econômico ao socioambiental, em benefício das presentes e futuras gerações do planeta. (SOUZA; VASCONCELLOS, 2011, p. 6)

Anaz (2014) aborda que a inovação social cria um âmbito para o negócio social, o qual está entre segundo setor (empresas com fins lucrativos) e o terceiro setor (organizações sem fins lucrativos), oferecendo serviços e produtos com intuito de resolver problemas socioambientais conduzidos por um modelo de negócio que visa o lucro, denominado como setor 2.5. Souza e Vasconcellos (2011, p.8) o definem como sendo aquele que “engloba os negócios sociais ou inclusivos, por congregarem entidades que possuem natureza jurídica lucrativa, típica do segundo setor, mas com finalidade de interesse público, este presente tanto no primeiro quanto no terceiro setores”.

Souza e Vasconcelos (2011, p.9) ressaltam que, por se tratar de um modelo ainda em construção no Brasil, ainda não existe legislação específica para negócios sociais, e estas iniciativas devem ser estruturadas sobre modelos jurídicos já existentes.

Para Yunus (2010), *apud* Souza e Vasconcellos (2011, p.8), o negócio social é definido como modelo econômico que tem o intuito de tencionar a modificação socioambiental de maneira interna, com o objetivo de evidenciar um meio que torne mais inclusivo o capitalismo, desfocando o seu conceito mais conhecido, que tem como propósito o de potencializar os lucros.

Segundo o autor, se isso for realizado, será conquistado um mercado privado e ébrio por serviços e produtos.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto ao tipo da pesquisa, constitui-se numa pesquisa de campo, pois os dados e informações foram coletados junto à população pesquisada.

Em relação à natureza, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois proporciona mais informações a respeito do tema em questão, o qual ainda é pouco pesquisado na literatura e divulgado na sociedade. É também considerada como uma pesquisa descritiva, visando descrever as características da população mais carente da cidade de Cajazeiras - PB e mostrando suas principais demandas sociais.

O método de abordagem utilizado foi indutivo. Esse processo, de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 86) inicia-se de “dados particulares, suficientemente constatados e infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Marconi e Lakatos (2003) definem a amostra como uma parcela convenientemente selecionada do universo, a população, ou seja, é um subconjunto do universo. Sendo assim, o universo da pesquisa do presente trabalho é composto pela população mais carente da cidade de Cajazeiras - PB, em termos de renda e acesso aos direitos básicos constitucionais, restringido os que são beneficiados com o programa Bolsa Família.

A cidade de Cajazeiras, segundo dados do IBGE (2014), possui uma estimativa de 61.030 habitantes, ocupa uma área de 565,899 km², classificada como o sétimo maior município em população da Paraíba. Um município brasileiro no interior do Estado da Paraíba que pertence à mesorregião do Sertão Paraibano, estando com 468 quilômetros de distante da capital do estado, João Pessoa. Segundo o Portal da Transparência (2015), estão cadastrados, em 2015, o total de 7534 beneficiários na cidade de Cajazeiras, os quais compõem o universo desta pesquisa. Contudo, para efeito de amostra probabilística, foram entrevistados 366 beneficiários, utilizando-se de um nível de confiança de 95% de confiança e 5% de erro, calculada tomando por base o método indicado por Silva (2001).

Quanto ao instrumento de coleta de dados, utilizou-se o tipo questionário. As questões elaboradas no questionário foram alinhadas com as áreas propostas pelo IDH. De acordo com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2012), o IDH é tida como uma “medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.” Sendo assim, o referido questionário foi composto por 7

perguntas relacionadas a Saúde, 6 perguntas sobre Trabalho/ Renda e 7 acerca da educação, totalizando 20 perguntas. A coleta de dados foi realizada com crianças e adolescentes de 8 a 17 anos que são beneficiados com o programa (sujeitos da pesquisa), sendo apenas o responsável pela família autorizado a receber o valor da bolsa. Os questionários foram aplicados durante o mês de julho do ano corrente.

Os resultados foram obtidos em percentuais para cada questão com suas respectivas alternativas, de maneira que foi possível organizar os dados utilizando análise qualitativa centrada nos aspectos deduzíveis a partir dos resultados obtidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de atender o objetivo da pesquisa de mapear as demandas sociais na cidade de Cajazeiras - PB, o universo da pesquisa explorado foi o dos beneficiários do Programa Bolsa Família, tendo como população alvo as famílias em pobreza ou extrema pobreza. Com esse auxílio governamental, espera-se que estes indivíduos consigam superar essa situação de vulnerabilidade de pobreza em que se encontram.

O programa Bolsa Família busca garantir o acesso à alimentação, à educação e à saúde. Dessa maneira, a pesquisa de campo resultou em dados que revelam o diagnóstico de áreas básicas que ainda necessitam de atenção por parte do governo, organizações e da própria sociedade.

4.1 Saúde

De acordo com a Plataforma de Indicadores do Governo Federal (2015), a cidade de Cajazeiras conta com 21 unidades de UBS (Unidade Básica de Saúde) em funcionamento, possuindo 5 projetos para construção de novas UBS com o investimento previsto de R\$ 2.002.666,67 e 16 projetos para reforma em 2015, com o investimento de R\$ 1.364.718,89. Para a construção da UPA (Unidade de Pronto Atendimento) em Cajazeiras foram investidos R\$ 1.400.000,00 - dados da Plataforma de Indicadores do Governo Federal (2015).

Relativamente aos serviços de saúde disponíveis para a população da cidade de Cajazeiras - PB, constatou-se que 75% dos beneficiários têm acesso a atendimento ambulatorial (UPA, Hospital, UBS) próximo de suas residências. Em relação a atendimento médico de urgência, 68% afirmaram ter bom êxito quando necessitam. Com o serviço do SAMU, 70% afirmaram ter sucesso no atendimento necessário.

De acordo com a Plataforma de Indicadores do Governo Federal (2014), Cajazeiras possui um Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e conta também com 18 equipes odontológicas, sendo 96,89% da população local coberta por essas equipes. Conforme dados disponibilizados pelo Programa Brasil Sorridente (2014), foram repassados para o município R\$ 145.200,00 para implantação de Centros de Especialidades Odontológicas e um valor bem maior para a implantação de equipe de saúde bucal, no total de R\$ 412.550,00.

Porém, se tratando da saúde bucal, os resultados da pesquisa identificaram que 55% dos beneficiários vão ao dentista apenas quando precisam e 45% vão mais de uma vez ao ano. Tais percentuais revelam uma discordância entre a pesquisa e os dados do Programa Brasil Sorridente que desenvolve o projeto, visto que se evidencia uma falta de cuidados preventivos intensos para com a saúde bucal da população.

Sobre saneamento básico, 60% afirmam que a localidade que residem possui essa estrutura e 40%, um percentual significativo, dizem não possuir. De acordo com dados da DATASUS (2013), existem ainda 19,8% de domicílios com esgotos a céu aberto, dado este que reforça o resultado da pesquisa, por se tratar de valores expressivos por falta de saneamento. Sendo assim, há um percentual menor de domicílios com rede de esgoto, 35,6% e domicílios com esgoto por fossa um total de 44,6%.

Outro fator relevante observado na pesquisa foi acerca de dependentes de crack, álcool ou outras drogas. Nesse contexto, 68% afirmam conhecer alguém que é dependente e 32% afirmam não conhecer. De acordo com dados da DATASUS (2013), Cajazeiras possui 211 casos de alcoolismo acima de 15 anos.

Os beneficiários responderam ainda sobre a quantidade de vezes que sua família se alimenta por dia. Os resultados obtidos são preocupantes, já que 37% responderam que se alimentam 3 vezes por dia, 41% se alimentam de 4 a 6 vezes por dia e apenas 22% afirmam se alimentar mais de 6 vezes por dia.

Estes resultados refletem um alto índice de pessoas que se alimentam poucas vezes ao dia, contrapondo-se com a realidade divulgada pelos programas governamentais. O município de Cajazeiras conta com o Programa “Comida na Mesa”, desenvolvido pela Secretaria de Cidadania e Promoção Social e implantando em outubro de 2013, inicialmente com mil famílias cadastradas.

4.2 Renda/Trabalho

De acordo com os dados do PNDU (2010), a renda da população de Cajazeiras apresenta o valor 0,668, o qual se enquadra na faixa de desenvolvimento humano, na média em relação a outras regiões, estando em 4º no Ranking Estadual. Com relação a esse aspecto, foi constatado que 72% afirmam ter uma renda familiar suficiente para atender todas as necessidades e 28% confirmam que não. Essas constatações estão em conformidade com os dados do PNDU.

Dos beneficiários, apenas 25% consideram que o mercado de trabalho apresentará oportunidades concretas para o futuro, contudo 14% responderam que não e 61%, a grande maioria, relataram não saber. Verificou-se também que há facilidade de encontrar emprego por parte das famílias, sendo o percentual de 58% contra 42% que responderam que não tem essa facilidade.

Se tratando do trabalho infantil, de acordo com dados da DATASUS (2014), a taxa de trabalho infantil no município é de 9,2%. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa mostram que 53% dos beneficiários conhece alguma criança ou adolescente menor de 15 anos que trabalha.

Já em relação a expectativas para o futuro, 21% dos beneficiários pretendem trabalhar em empresas privadas, 32% optaram em fazer concurso, outros 32% em ter o próprio negócio e 15% dizem não ter expectativas.

Com relação às oportunidades de trabalho, 57%, uma parcela significativa, consideram que a região em que moram oferece oportunidades satisfatórias e 43%, consideram que necessitará ir para outra região para ter o destino profissional que deseja.

4.3 Educação

De acordo com os dados da DATASUS (2010), a cidade de Cajazeiras obteve valor 0,574, se enquadrando na faixa de desenvolvimento Humano Baixo e se colocando em 13º no Ranking Estadual. O município possuía, no ano de 2010, na população acima de 15 anos de idade, um total 7.864 analfabetos e 36.837 alfabetizados, apresentando uma taxa de analfabetismo de 17,59%.

Ainda de acordo com o DATASUS (2010), desse total de analfabetos no município, 19,97% são do sexo masculino e 15,50% do sexo feminino. O município ocupa o 9º Ranking Estadual de população analfabeta e 281º no Ranking Nacional,

Os resultados da pesquisa mostram, com relação ao analfabetismo, que 78% afirmam conhecer alguém analfabeto e 22% dizem não conhecer. E verificou-se, ainda, 52% dos beneficiários conhece alguma criança que não frequenta a escola e 48% dizem não conhecer.

Quanto à expectativa por vislumbrar no futuro uma formação superior, 87% dos respondentes afirmaram ter interesse e 13% responderam que não tem interesse. Já quanto à análise acerca de cursos de capacitação técnica para ingresso no mercado de trabalho oferecido no município, 48% afirmam ter conhecimento, no entanto, grande maioria, correspondente a 52%, afirma não saber.

Em relação a acesso aos recursos necessários para estudar bem, 91% responderam que possuem acesso a livros ou material escolar e apenas 9% afirmam não ter acesso a esses recursos. Também foi abordado acerca da interação cultural no bairro onde residem, onde 54% afirmam não ser oferecido esse entretenimento em sua localidade e 46% relatam que em seu bairro é oferecido.

Dos beneficiários, cerca de 45% afirmam nunca ter frequentado a Biblioteca Pública da cidade, 50% responderam que sempre frequentam o local de incentivo educacional e 5% dizem frequentar as vezes.

5 CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa foi mapear demandas para inovação social na cidade de Cajazeiras - PB, utilizando como referencial áreas abordadas pelo IDH, sendo elas sobre saúde, renda/trabalho e educação, extraindo informações de pessoas de baixa renda que são beneficiários do programa Bolsa Família.

5.1 Demandas Sociais Identificadas

No indicador Saúde, pode-se identificar deficiência acerca dos cuidados com a saúde bucal, onde cerca de 55% dos beneficiários vão ao dentista apenas quando precisam, não havendo, portanto, prevenção de sérias de doenças que podem ser desenvolvidas. Identificou-se ainda que, na alimentação das famílias, um percentual considerável, correspondente a 37%, de pessoas que fazem apenas 3 refeições diárias. Este fato é algo que precisa ser cuidadosamente revisto em prol de qualidade de vida, tanto para as crianças e adolescentes, quanto para o grupo familiar a qual pertencem.

Dentro esse contexto, Diego e Guerra (2013) relatam a capacidade humana no desenvolvimento de ideia e remetem a proposta da inovação social como um caminho que liga a efetividade e criatividade na procura por soluções de problemas sociais, de maneira que seu intuito é provocar mudanças no cenário social.

Nesse sentido, a inovação social pode buscar desenvolver recursos para o mapeamento das carências em saúde bucal e facilitar o acesso aos serviços públicos oferecidos. Por outro lado, existe espaço para a criação de recursos que disseminem a educação bucal como maneira preventiva. Da mesma maneira, propostas de inovação social com finalidade de ampliar conhecimento sobre cardápio saudável e correta manutenção dos alimentos são pertinentes.

No indicador Renda/Trabalho, pode-se verificar um destaque referente a criança e ao adolescente menores de 15 anos que trabalham, onde 53% dos beneficiários responderam que conhecem pessoas envolvidas nessa situação. Esse pode ser considerado uns dos motivos que impede a extinção do analfabetismo na região de Cajazeiras - PB. Com isso, o resultado obtido por este indicador, permite desenvolver uma demanda para inovação social acerca do combate ao trabalho infantil, procurando elaborar projetos para combater essa situação. Pode-se, por exemplo, aplicar inovação Social para capacitação técnica, oferecendo oportunidades de desenvolver conhecimento profissional para interessados em adquirir uma profissão; ou inovação social, ao ofertar oportunidades de trabalho, para as pessoas capacitadas e também para o desenvolvimento de fontes de renda.

Constatou-se, na área da Educação, que existe ainda muitas crianças que deveriam estar inseridas no ambiente escolar e, por motivos desconhecidos, não estão, onde 52% afirmam conhecer casos que comprovem esse resultado. A criança precisa está inserida no cotidiano escolar na idade certa, caso contrário, será a maior prejudicada. Ademais, 78% dizem conhecer pessoas analfabetas, sendo este resultado bastante preocupante, e podendo, a partir disto, desenvolver para Inovação Social de perspectivas de melhorias para condição de mudança desse percentual. Essa demanda que pode ser desenvolvida pelo poder público, empresarial e até mesmo pela sociedade.

Dessa maneira, torna-se possível a mudança do cenário de analfabetismo que apresenta o município de Cajazeiras- PB, para o qual se pode oferecer inovação social com acesso a materiais de leitura e estudo, com intuito de extinguir o analfabetismo. Há possibilidade ainda de desenvolver a popularização do acesso às tecnologias de ensino via web, com interações de

materiais didáticos, introduzindo inovação social para tecnologias na alfabetização rápida e sem necessidade de escola, pois é necessário reparar o dano que causa o analfabetismo.

Essas demandas sociais devem receber atenção por parte de gestores públicos, da sociedade e empresariado. Por serem necessidades básicas para o desenvolvimento de uma sociedade, necessitam ser atendidas para a minimização da desigualdade social e até mesmo, quem sabe, para a eliminação das diferenças sociais, através de iniciativas de inovações sociais.

REFERÊNCIAS

ANAZ, Sílvio. Inovação Social: a inovação social aponta novos caminhos para as empresas. *HSM Experience*, 01 mar. 2014. ed. 103, p. 57- 77. Disponível em: <<http://experience.hsm.com.br/posts/a-inovacao-social-aponta-novos-caminhos-para-as-empresas>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra*, XLI, 81, 2006, p. 121-141. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_06.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2015.

ASSUMPCÃO, Alfredo. A evolução do capitalismo consciente. *Carta Capital*, 29 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/capitalismo-consciente-6061.html>>. Acesso em 02 set. 2014.

ATLAS BRASIL, PNDU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Desenvolvimento e IDH*, 2015. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em 11 ago. 2015.

ATLAS BRASIL, PNDU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *IDH por município e estado*, 2012. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/download/>>. Acesso em: 30 jul 2013.

BRAGA, Joana. *Motivações do empreendedorismo social*. 2013. 117f. Tese (Mestrado em Gestão de Serviços) - Faculdade de Economia e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto.

BRASIL, Controladoria-Geral da União - Portal da Transparência. Transferência de recursos por ação de governo, 2015. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoFavorecido.asp?Exerci>

cio=2015&textoPesquisa=&textoPesquisaAcao=&codigoAcao=8442&codigoFuncao=08&siglaEstado=PB&codigoMunicipio=1975&Pagina=523>. Acesso em: 01 nov. 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde - DATASUS. *Trabalho Infantil por município*, 2014. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/censo/cnv/trabinfbr.def>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde - DATASUS. *Dados demográficos e socioeconômicos*. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde - DATASUS. *Situação de Saneamento oriundos do Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB*, 2015. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABCbr.def>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde - DATASUS. *Sistema de Informação da Atenção Básica - Cadastramento Familiar*, 2015. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABFbr.def>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

BRASIL, *Plataforma de Indicadores do Governo Federal | UBS - Unidade Básica de Saúde*, 2014. Disponível em: <http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar/filtrar?textoLivre=&numeroPaginaCorrente=1&campoOrdenacao=&abaSelecionada=0&hiddenTematica=4&hiddenClassificacao=204996&esconderIndicadores=false&esconderPaineis=false&enableColArvoreFiltros=&enableColCesto=&dat_indicador_ultimaatualizacao=&dsc_indicador_primeirareferencia=>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL, *Plataforma de Indicadores do Governo Federal | Saúde Bucal - Programa Brasil Sorridente*, 2014. Disponível em: <http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar/filtrar?textoLivre=&numeroPaginaCorrente=1&campoOrdenacao=&abaSelecionada=0&hiddenTematica=4&hiddenClassificacao=204967&esconderIndicadores=false&esconderPaineis=false&enableColArvoreFiltros=&enableColCesto=&dat_indicador_ultimaatualizacao=&dsc_indicador_primeirareferencia=%27%2C+%272015-07-07%27%2C+%27Ensino+Fundamental+-+Programa+Nacional+do+Livro+Did%C3%A1tico+%28PNLD%29>. Acesso em: 20 abr. 2015.

CAETANO, Juliana F. e FERREIRA Pedro Roberto. O estado e as interfaces da democracia: uma análise sobre a Política de responsabilidade social empresarial no Brasil. In: VII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas da UEL, 2008, Londrina. *Anais...* Londrina: UEL, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/JulianaCaetano.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

DIOGO, Vera e GUERRA, Paula. A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat Sociologia, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, volume XXV, 2013, p. 141-163. Disponível em: <https://sigarra.up.pt/flup/en/publs_pesquisa.FormView?P_ID=72496>. Acesso em: 02 set. 2015.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, *Informações básicas dos municípios da Paraíba*, 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=25&search=paraiba>>. Acesso em: 01 setembro 2015.

GIDDENS, Antony. Crescimento Populacional e crise ecológica. Separata de: *Sociologia*, Porto Alegre, Artmed, , p. 478- 506, 2005.

INSTITUTO CAPITALISMO CONSCIENTE BRASIL, *Relatório de Impacto*, 2014. Disponível em: <www.capitalismoconscientebrasil>. Acesso em: 11 ago. 2015

MACKEY, John; SISODIA, Raj. *Capitalismo Consciente: como libertar o espírito heroico dos negócios*. Tradução de Rosemarie Ziegelmaier. 1ª ed. São Paulo: HSM Editora, 2013.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5 edição. São Paulo: Atlas, 2003.

MONTEIRO, Ana Carolina Ribeiro. *Re-localização e Inovação Social: um estudo exploratório – O caso da Balle*. 2012. 125 f. Tese (Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo) - Faculdade de Economia e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra.

OLIVEIRA, Edson Marques. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios– notas introdutórias. *Revista FAE*, Curitiba, volume 7, n. 2, p. 9-18, jul./dez. 2004. Disponível em: <www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n2/rev_fae_v7_n2_02.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

OLIVEIRA, Flávia Regina de Souza; VASCONCELLOS, Juliana Furini de. Mapa de Soluções Inovadoras. Tendências de Empreendedores na Construção de Negócios Sociais e Inclusivos. *Revista Época*, volume 4, 2011, Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EMI213691-15259,00.html>>. Acesso em: 02 setembro 2015.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In: *Desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar*. São Paulo: Anablume, 2006. p. 15- 30.

OLIVEIRA, Nilza Duarte Aleixo; SILVA, Dantas Nunes. Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: um estudo exploratório no CREDITAG -RO. *Revista de Administração da UFSM*, Santa Maria, volume 5, n. 2, p. 277-295, maio/ago 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reaufsm/article/view/5655/pdf>>. Acesso em: 01 setembro 2015.

PARENTE, Cristina; COSTA, Daniel; SANTOS, Monica; CHAVES, Rosário Rito. Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. In: XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho Emprego e coesão social: da crise de regulação à hegemonia da globalização, 2011, Lisboa, *Anais...* Lisboa: 2011. Disponível em: <<http://web3.letras.up.pt/empsoc/index.php/actividades/85-empendedorismo-social-contributos-teoricos-para-a-sua-definicao>>. Acesso em: 15 set. 2015.

PORTER, Michael E.; KRAMER, Mark R. Criação de valor compartilhado. *Harvard Business Review*, 2011. Disponível em: <<http://www.hbrbr.com.br/materia/criacao-de-valor-compartilhado#sthash.DUgznltt.dpuf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

REVISTA JURÍDICA VIRTUAL. Brasília, vol. 1, n. 4, agosto 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_04/direitos_fundamentais.htm>. Acesso em: 09 mai 2015.

ROMAN, Darlan José, *et. all*. Fatores de competitividade organizacional. *BBR- Brazilian Business Review* [online] 2012, Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=123023626002>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA DE CAJAZEIRAS - PB. *Distribuição de alimentos no Programa Comida na Mesa*, 2014. Disponível em: <<http://cajazeiras.pb.gov.br/programa-comida-na-mesa-ja-distribuiu-cerca-de-300-mil-quilos-de-alimentos-para-familia-vulneraveis-de-cajazeiras/>>. Acesso em 25 mar. 2015.

SILVA, Nilza Nunes da. *Amostragem Probabilística: Um Curso Introdutório*. 2 ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

URBS Nova - Agência de Inovação Social. PIQUÊ, Jorge. 04 nov. 2012. Disponível em:<<https://urbsnova.wordpress.com/2-inovacao-social/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2011.

VIEIRA, Joana de Jesus Neves. *Empreendedorismo e Inovação como forma de mudança e Inclusão Social: criação de uma incubadora social no município de Ílhavo*. 2011. 72 f. Tese (Mestrado em Intervenção Social) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra.